vinetur

EUA avançam para retirar acesso isento de direitos ao vinho sul-africano em 2027

Importadores afirmam que a mudança acrescentaria direitos aduaneiros normais à tarifa existente de 12,5%, aumentando os custos no comércio do vinho

sábado, 7 de novembro de 2026



Os EUA planeiam retirar a África do Sul da African Growth and Opportunity Act (AGOA), uma medida que poderá pôr fim ao acesso isento de direitos do vinho sul-africano ao mercado norte-americano a partir de 1 de janeiro de 2027 e aumentar os custos para

os importadores em todo o setor das bebidas.

A Wine & Spirits Shippers Association afirmou, numa atualização logística divulgada na sexta-feira, 6 de novembro, que o Office of the U.S. Trade Representative anunciou na terça-feira, 3 de novembro, que o presidente tenciona retirar a África do Sul e o Ruanda das preferências da AGOA. A AGOA foi criada para permitir que países africanos designados exportem produtos elegíveis para os Estados Unidos sem pagarem direitos aduaneiros.

Para o vinho sul-africano, a mudança seria significativa. Segundo a interpretação do anúncio feita pela associação comercial, o vinho sul-africano poderá perder o tratamento isento de direitos em 1 de janeiro de 2027. Se isso acontecer, o direito aduaneiro normal aplicável à nação mais favorecida será cobrado além da tarifa existente de 12,5% ao abrigo da Secção 301. Isso aumentaria o encargo total de direitos sobre as garrafas que entram nos Estados Unidos e poderá alterar as decisões de preços muito antes de a medida entrar em vigor, uma vez que importadores, distribuidores e retalhistas negoceiam contratos para 2027 e planeiam as existências.

A medida ainda não foi apresentada como definitiva. A associação afirmou que poderão surgir novos desenvolvimentos e observou que a África do Sul manifestou interesse em responder às preocupações da administração norte-americana. Fica, assim, em aberto a possibilidade de novas conversações ou de um ajustamento da política antes do início de 2027. Ainda assim, o aviso de 3 de novembro deixou o setor do vinho em alerta, uma vez que as encomendas de vinho importado são frequentemente planeadas com meses de antecedência e pode ser difícil alterar rapidamente reservas de transporte marítimo, compromissos com fornecedores e calendários promocionais.

O impacto potencial vai além da documentação aduaneira. O vinho sul-africano tem competido nos Estados Unidos, em parte, pelo preço, e qualquer nova camada de tarifas poderá aumentar o custo desses produtos à chegada, numa altura em que os compradores continuam atentos aos preços de venda a retalho. Os importadores poderão tentar absorver parte dos direitos adicionais, repercutir uma parte ou a totalidade nos grossistas e consumidores, ou transferir parte das compras para produtores de outros países. Isso poderá afetar a presença nas prateleiras, as cartas de

restaurantes e os programas promocionais, sobretudo nos segmentos orientados para o preço, onde alterações relativamente pequenas nos direitos podem afetar a competitividade.

A possível perda dos benefícios da AGOA surge também num período de maiores perturbações no comércio e no transporte para os importadores de bebidas. Na mesma atualização de sexta-feira, 6 de novembro, a associação afirmou que França enfrentava greves nos portos e terminais, iniciadas na quinta-feira, 5 de novembro, bem como uma falha dos sistemas aduaneiros que remontava a terça-feira, 3 de novembro. Segundo a associação, estas perturbações deveriam atrasar o manuseamento de contentores e os horários dos navios, além de aumentar o congestionamento em Le Havre. Para as empresas de vinhos e bebidas espirituosas que transportam mercadorias da Europa, estes atrasos já podem gerar custos adicionais com armazenagem, alterações de horários e partidas perdidas.

Noutros locais, a associação afirmou que os camionistas independentes no Chile permaneciam em greve desde 29 de outubro, afetando a circulação de carga na zona do porto de San Antonio, enquanto duas ligações marítimas diretas de San Antonio à costa leste dos EUA foram canceladas esta semana e na semana seguinte. A associação também referiu que o nível do Reno estava criticamente baixo, limitando o transporte em barcaças e levando as transportadoras a continuar a ajustar as sobretaxas de baixo nível de água. No estreito de Ormuz e nas imediações, os ataques à navegação comercial prosseguiram, afirmou a associação, pressionando em alta os custos dos combustíveis e dos seguros contra riscos de guerra nas rotas relacionadas com o Golfo.

Estas perturbações mais amplas no transporte marítimo são relevantes para o setor do vinho porque os custos e a fiabilidade do transporte têm um efeito direto no preço final das garrafas importadas. A aplicação de novos direitos ao vinho sul-africano não afetaria o mercado de forma isolada. Acrescentar-se-ia a uma cadeia de abastecimento que continua a enfrentar custos de transporte voláteis, capacidade limitada em algumas rotas e exigências crescentes de conformidade aduaneira.

A Wine & Spirits Shippers Association chamou também a atenção para outras medidas comerciais dos EUA que estão a influenciar o planeamento dos importadores. A associação afirmou que a administração prolongou até 9 de janeiro de 2027 a suspensão das taxas ao abrigo da Secção 301 aplicáveis a navios construídos ou operados por empresas chinesas, em vez da data de termo anterior, 9 de novembro de 2026, enquanto prosseguem as conversações com a China sobre construção naval e questões marítimas. Uma carta conjunta dirigida ao USTR, assinada por 250 associações comerciais, incluindo a associação do setor dos vinhos e bebidas espirituosas, apoiou a prorrogação e pediu a eliminação permanente das taxas, argumentando que os navios construídos na China representam uma parte significativa da capacidade global das transportadoras e que as taxas acrescentariam mais uma camada de custos a cadeias de abastecimento já sob pressão.

As regras aduaneiras também estão a tornar-se mais exigentes. A associação afirmou que a Customs and Border Protection deverá publicar um aviso no Federal Register que exigirá, a partir de 5 de janeiro de 2027, que os importadores estrangeiros registados recorram a um despachante aduaneiro participante no CTPAT ou obtenham eles próprios a validação CTPAT. Para as empresas de bebidas que dependem de estruturas com importadores estrangeiros registados, a proposta poderá acrescentar mais uma etapa de conformidade, ao mesmo tempo que analisam a exposição a tarifas de produtos como o vinho sul-africano.

A mesma atualização incluiu mais uma novidade comercial para o setor das bebidas alcoólicas: a U.S. International Trade Commission aprovou um código de exportação específico para o American Single Malt Whiskey engarrafado, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2027. Espera-se que o novo código permita aos produtores acompanhar com maior clareza o crescimento das exportações desta categoria, que até agora estava incluída na classificação mais abrangente «outros whiskies».